



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2014/SEMA/MT

PROCESSO N.º 278611/2014/SEMA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2014/SEMA

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

DATA: 25/11/2014 – HORÁRIO 14h00min

LOCAL: Será pelo Sistema SIAG, para ter acesso ao sistema eletrônico SIAG, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao site www.sad.mt.gov.br, após clicar no link “Superintendência de Aquisições Governamentais”, clicar “Fornecedores Acesse ao Sistema”, clicar na aba “Fornecedor” após clicar no link “cadastro”.

OBJETO: PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA AS ESTAÇÕES HIDROMÉTRICAS INSTALADAS EM 30(trinta) RIOS ESTADUAIS, COM O OBJETIVO DE REALIZAR A CORRETA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.

ÍNDICE

ITEM	TÓPICO	PÁGINA
1	DO OBJETO	02
2	DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	03
3	DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO	05
4	DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS	06
5	DO JULGAMENTO DA PROPOSTA	08
6	DA HABILITAÇÃO	10
7	DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO	14
8	DOS RECURSOS	15
9	DA HOMOLOGAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA ADJUCATÁRIA	16
10	DA EXECUÇÃO E DO PAGAMENTO	20
11	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	21
12	DA RESCISÃO	23
13	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	23
14	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23

ANEXOS

ANEXO I	Formulário Padrão de Proposta	
ANEXO II	Carta de Credenciamento.	
ANEXO III	Modelo de Declaração dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.	
ANEXO IV	Modelo da Declaração de:	
ANEXO V	Declaração de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte –EPP.	
ANEXO VI	Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.	
ANEXO VII	Modelo de Declaração de Garantia	
ANEXO VII	Termo de Referência n.º. 60/2014 elaborado pelo setor demandante	



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2014/SEMA/MT

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP

PROCESSO N.º 278611/2014

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA, neste ato representada por sua PREGOEIRA, nomeada pelo Ato n.º 18.870/2014, de 26/02/2014, publicada no D.O.E. em 26/02/2014, bem como designada pela Portaria n.º 002/2014/SEMA, publicada no D.O.E. do dia 13 de março de 2014, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE ÚNICO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, c/c a Lei Estadual n.º 7.696/02 e com os Decretos Estaduais n.º 7.217/06 e n.º 7.218/06.

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação torna público para conhecimento dos interessados que o recebimento das propostas será a partir **do dia 13 de novembro de 2014 até às 13h30 de 25 de novembro de 2014**. A abertura das propostas será realizada às **14h00 do dia 25 de novembro de 2014** tendo **como referência o horário de Cuiabá**. A licitação será regida pelas Leis n.º 10.520/2002, 8.666/93, 123/2006 e pelos Decretos 7.217/06 e suas alterações, 635/2007, 8.199/2006, 7.218/2006 e legislação pertinente.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, denominado(a) Pregoeiro(a) mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo licitações da SAD, constante da página eletrônica do Sistema de Aquisições Governamentais da SAD – www.sad.mt.gov.br/portaldeaquisicoes.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO - PROCESSO N.º 278611/2014.

1.1 A presente licitação tem por objeto a Aquisição de **PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA AS ESTAÇÕES HIDROMÉTRICAS INSTALADAS EM 30(trinta) RIOS ESTADUAIS, COM O OBJETIVO DE REALIZAR A CORRETA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES**, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no **Anexo I – Formulário Padrão de Proposta**, que fazem parte integrante deste Edital.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Somente poderão participar deste Pregão Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em cumprimento ao disposto no art. 48, I, da Lei Complementar nº 147 de 2014.

2.2 A presente Licitação, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 147/2014, destina-se ao Item exclusivamente à participação de MICROEMPRESA – ME e EMPRESA DE PEQUENO PORTE, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

2.3 A participação das microempresas e das empresas de pequeno porte obedecerá às normas dispostas nos arts. 42, 43 caput, 44, §2º e 45, § 3º da Lei Complementar 123/06, art. 3º, §1º ao §3º do Decreto Estadual 7.466/2011 e art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014.

2.4 A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

2.5 Poderão participar as empresas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

2.6 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) Em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação.

b) Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas: Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou punida com suspensão, desde que a punição alcance esta Administração. Em ambos os casos, o ato deverá ter sido publicado na Imprensa Oficial ou registrada no Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS/MT, conforme Lei Estadual nº 9.312/2010.

c) Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

d) Estrangeiras que não tenham sede no País.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

e) Que mantenham em seu quadro de empregados, servidor público de qualquer órgão ou entidade vinculada a essa Secretaria, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

f) Cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, de 05 de junho de 2003, e a proibição do artigo 4º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008;

g) que não atendam a todos os termos e condições do edital e legislação pertinente.

2.7 Sob pena de **inabilitação** ou **desclassificação**, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços, salvo os permitidos por lei.

2.8 O credenciado pela empresa deverá dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, no site: www.sad.mt.gov.br.

2.9 Para ter acesso ao sistema eletrônico SIAG, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao site www.sad.mt.gov.br, após clicar no link “Superintendência de Aquisições Governamentais”, clicar “Fornecedores Acesse ao Sistema”, clicar na aba “Fornecedor” após clicar no link “cadastro”. **Em caso de dúvidas ligar para o “Help Desk” – Fone: (65) 3613-3606.**

2.10 A participação de empresas licitantes em pregões eletrônicos estará vinculada à análise e aprovação do cadastro, tendo como requisito a validade de todas as certidões exigidas para o cadastramento.

2.11 A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, administrados pela Superintendência de Aquisições Governamentais, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, do responsável legal da empresa ou por iniciativa do Cadastro Geral de Fornecedores/MT, devidamente justificado e nas hipóteses previstas no **Decreto n. 7.218/2006**.

2.12 Os ofícios de encaminhamento da solicitação de cadastro, além da relação de documentos necessários (contrato social, certidões) à efetivação do cadastro, estão disponibilizados no site da SAD, no menu **Fornecedores, “como se cadastrar”**.

2.13 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação, servidor de qualquer órgão ou entidade vinculado ao órgão promotor da licitação, bem como a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

2.14 A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico no site www.sad.mt.gov.br, no link “Portal de Aquisições no menu Fornecedores – “Área do Licitante”,



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente inclusão de sua proposta de preços e demais documentos solicitados na proposta de preços e na habilitação, até 15 (quinze) minutos antes do horário estabelecido para o início da sessão. Em caso de dúvidas acesse o site www.sad.mt.gov.br e no menu “Aquisições” clique em download de manuais – acessar manual Pregão Eletrônico.

2.15 No caso de desconexão do pregoeiro com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos seus lances. Retornando a conexão do pregoeiro ao sistema, todos os atos praticados pelos licitantes junto ao sistema, serão considerados válidos.

2.16 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 As pessoas jurídicas ou empresas individuais interessadas em participar do certame, deverão preencher eletronicamente o “Termo de Credenciamento” informando o nome do credenciado, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico.

3.2 Para participar do Sistema do Pregão Eletrônico a interessada deverá encaminhar ofício (modelo no site no link “Portal de Aquisições – menu Fornecedor – como se cadastrar), dirigido ao Cadastro Geral de Fornecedores/MT, a ser protocolado na Superintendência de Aquisições Governamentais ou via correio, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa, informando os dados da empresa, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu credenciado, não cabendo à SAD a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4 A solicitação de credenciamento de responsável para representar os interesses da empresa licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.5 É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

3.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

3.7 Dúvidas e informações pertinentes ao cadastramento poderão ser esclarecidas pelo telefone (65) 3613-3606.

3.8 A empresa deverá anexar e encaminhar via sistema eletrônico, no ato de credenciamento, uma Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público (**Anexo VI**).

4. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

4.1 A Proposta de Preços deverá ser anexada e encaminhada via sistema eletrônico, conforme o Formulário Padrão de Proposta (Anexo I), **redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante.**

4.1.1 Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, a licitante deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, apresentando o valor global até a data e hora, descritos no preâmbulo deste Edital, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

4.1.2 O pregão eletrônico será conduzido pelo órgão ou entidade promotor da licitação, com apoio técnico e operacional da Secretaria de Estado de Administração - SAD/MT.

4.2 Na Proposta serão consignados:

a) Identificação da proponente, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), números de telefone, fax, e-mail, Banco, Agência, Conta Corrente, CNPJ e Inscrição Estadual ou Municipal e menção do número do Edital, nome do Órgão e número para o Lote;

b) Todas as despesas com transportes, instalação, impostos, taxas ou quaisquer outros encargos, inclusive carga e descarga dos materiais/serviços;

c) Valor total do lote também deverá estar exposto por extenso;

d) Conter uma única cotação, com preço unitário e total em moeda corrente nacional, sendo o total exposto em algarismos e, também, por extenso, sem previsão inflacionária;

e) Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último;

f) Especificação com detalhamento claro e preciso para cada item, indicando todos os elementos que identifiquem perfeitamente o PRODUTO; inclusive sua marca e modelo;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

g) Prazo mínimo de validade da proposta 60 (sessenta) dias, a contar da data da realização do certame, podendo ser prorrogado por igual período;

h) Oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

4.3 A Empresa proponente deverá apresentar proposta da totalidade do Lote Único.

4.4 Para efeito de julgamento das propostas, nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus anexos serão considerados.

4.5 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 O Pregoeiro poderá, no interesse da SEMA/MT, relevar excesso de formalismo nas propostas apresentadas pelos licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

4.7 Deverão acompanhar, em separado, a proposta escrita ainda os seguintes documentos, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO:

a) O fornecedor deverá apresentar declaração de que irá entregar produto de boa qualidade, que atenda as especificações e exigências do fabricante do produto a que se destina, e ainda apresentar Declaração de Garantia do fabricante, distribuidor ou representante comercial de acordo com o mínimo legal, conforme o modelo (Anexo VII), garantindo que o produto esteja em conformidade com as especificações descritas no Edital.

4.8 A participação no pregão eletrônico ocorrerá mediante digitação de senha privativa do licitante.

4.9 Até a data e hora estipulada no preâmbulo deste Edital, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.10 O licitante responsabilizar-se-á inteiramente por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes as propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4.11 O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.12 A microempresa e empresa de pequeno porte que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 deverá identificar-se no sistema, antes do envio da proposta.

4.13 O licitante responsabilizará por declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitando às sanções previstas no Decreto Federal n. 5.450/05.

4.14 As licitantes convocadas pelo Sr(a) Pregoeiro(a) deverão enviar a Proposta de Preços atualizada e os documentos em original ou cópia autenticada.

4.15 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.16 A documentação solicitada para participação deste pregão deverá ser anexada ao sistema conforme o tipo de documento (documentos de proposta de preços (item 4 do edital) - Anexo “de propostas” e documentos de habilitação (item 6 do edital) – Anexo “da habilitação”). A inversão de documentos anexados ao sistema implica em desclassificação/inabilitação da licitante.

4.17 Todas as declarações exigidas na proposta de preços deverão estar devidamente assinadas pelo responsável legal da empresa, sob pena de desclassificação do certame.

4.18 O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS.

5. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

5.1 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão.

5.2 Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

5.3 A partir do horário previsto no edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preço recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

5.4 Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

5.6. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

5.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.8 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

5.9 A etapa de lances da sessão pública, prevista em edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10 No caso do item anterior, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

5.11 O pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

5.12 Como requisito para a celebração do acordo, o vencedor deverá apresentar o documento original ou cópia autenticada, em até 02 (dois) dias úteis após encerramento da sessão.

5.13 Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

5.14 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de Ata divulgada no sistema eletrônico.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

5.15 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências editalícias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

5.15.1 Na situação a que se refere este subitem, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

5.16 A adjudicação do objeto da licitação será realizada quando houver ocorrido o atendimento das exigências fixadas no edital.

5.17 A proposta atualizada, devidamente assinada, e a documentação relativa à exigência habilitatória deverão ser encaminhadas/postadas ao Pregoeiro em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis, contado a partir da finalização da sessão.

5.18 A proposta atualizada e a documentação ficarão à disposição de interessados na licitação, para que no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da publicação do resultado, promovam solicitação de providência que o caso requerer.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. As licitantes deverão **anexar e enviar em lote**, em campo próprio via sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, os documentos de habilitação abaixo relacionados, observando-se que deverão ser encaminhados os originais ou cópias autenticadas no prazo de até 02 (dois) dias úteis do encerramento da sessão.

6.2. Os documentos de habilitação, para **empresas cadastradas**, que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

a) Certificado de Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT.

b) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (conforme **Anexo IV**);

c) Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - Anexo IV)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

d) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do §2º, do Art. 32 da Lei nº 8.666/93. (conforme anexo **IV**);

d.1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da **LC nº. 123/2006 e suas alterações**, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, **sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.**

e) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, **compatíveis com o objeto desta licitação.**

e.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório.

e.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

f) **As micros e pequenas empresas, optantes comprovadas do regime de tributação simples – SIMPLES, comprovarão a sua qualificação econômico-financeira através da apresentação da declaração anual de rendimentos/DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, já exigíveis e apresentados na forma da lei, mesmo que apresentado o Cadastro Geral de Fornecedores – CGF/MT.**

6.3. As licitantes **não cadastradas** deverão apresentar na sessão pública os seguintes documentos de habilitação, em plena validade, sob pena de inabilitação:

6.3.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;

b) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa.

6.3.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.3.2.1. As empresas participantes deste pregão comprovarão a aptidão para executar o objeto deste certame por meio da apresentação dos seguintes documentos:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

6.3.2.1.1 Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis com o objeto desta licitação.

6.3.2.1.2 No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório.

6.3.2.1.3 O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

6.3.3 DA REGULARIDADE FISCAL DA ME E EPP (ART. 7º, DECRETO 635/07):

- a) Inscrição no CNPJ, com distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação;
- b) Comprovação da regularidade com a seguridade social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e para com Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, conforme objeto licitado.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

6.3.4 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação;
- b) Declaração Anual de Rendimentos/Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na junta comercial, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

6.3.5 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PARA NÃO CADASTRADAS

a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (**Anexo IV**).

a.1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da **LC nº. 123/2006 e suas alterações**, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, **sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.**

b) Declaração de que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo IV**).

c) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidor público exercendo função de gerência, administração ou tomada de decisão (**Anexo IV**).

6.4 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientando que:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

6.5 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

6.6 Não serão aceitos protocolos de entrega, solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

6.7 Poderá o Pregoeiro declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive, estabelecer um prazo máximo de 48 horas para a solução.

6.8 Constatando por meio da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão, salvo as situações que ensejem a aplicação da Lei Complementar 123/2006 e do Decreto Estadual nº 635/2007.

6.9 O pregoeiro poderá habilitar mais de 1 (um) licitante por lote, desde que devidamente classificado para a etapa de lances e sem preterição da ordem classificatória, na forma do artigo 36, parágrafo 4º do Decreto Estadual nº 7.217 de 14 de março de 2006.

6.10 Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, o licitante – 1º classificado – será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

7. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

7.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital ou impugnação deverá ser encaminhado por escrito, mediante endereço eletrônico (licitacao1@sema.mt.gov.br), por fax (0xx65) 3613-7309, ou ainda protocolado na Secretaria de Estado do Meio Ambiente;

7.1.1. As petições devem ser redigidas de maneira clara, objetiva e devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato).

7.2. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até **03 dias úteis** antes da data designada para a realização do Pregão.

7.3. Caberá ao Pregoeiro decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão de licitação.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

7.4 Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, devendo-se cumprir o devido prazo legal.

7.5. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

7.6. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8.666/93.

8. DOS RECURSOS

8.1. O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, expondo os motivos em **campo próprio do Sistema Eletrônico, no Prazo de 05 (cinco) minutos**, contados da declaração de vencedor. Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso**, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.1.1 As petições deverão ser encaminhadas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato).

8.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

8.3 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

8.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

8.6 Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Superintendência Administrativa da Secretaria Adjunta Executiva do Núcleo Segurança.

8.7 Não serão aceitos recursos interpostos por meio de fac-símile e similares ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo ou por pessoa inabilitada para representar a empresa recorrente.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

9. DA HOMOLOGAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

9.1 A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será feita pelo Pregoeiro, e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

9.2 Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova planilha de preços ofertados na etapa de lances verbais, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da sessão pública do Pregão Eletrônico, com valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a original, como parte integrante do acordo entre as partes, sob pena de convocação do segundo colocado.

9.3 Como condição para pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação regular junto ao Cadastro Geral de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.4 Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.5 A ADJUDICATÁRIA se obriga, nos termos deste Edital, a:

9.5.1 Comparecer no prazo de 05 (cinco) dias para retirada da Nota de Empenho, ordem de fornecimento, contados a partir do recebimento da convocação formal, conforme o caso.

9.5.2 Executar o fornecimento dentro dos padrões contratados e estabelecidos pela SEMA, de acordo com a especificação do Edital e proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

9.5.3 A empresa adjudicatária deverá entregar o objeto do presente certame licitatório no prazo de até 90 (noventa) dias úteis a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

9.5.4 Fornecer certificados de garantia das peças, devendo ser respeitado o mínimo legal da garantia para o objeto contratado. Caso haja necessidade de deslocamento do equipamento, as despesas deverão correr por conta da Contratada.

9.5.5 Aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da adjudicação.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

9.5.6 Corrigir as irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital, conforme relatório apresentado pelo Setor Demandante.

9.5.7 ater o objeto da presente licitação, sendo que deverá ser fornecido o bem esperado conforme Especificação Técnica da Proposta Padrão (Anexo I deste Edital), devendo, obrigatoriamente, apresentar Nota Fiscal, que deverá estar acompanhada dos seguintes documentos: Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS.

9.5.8 Zelar pela qualidade do produto entregue, conforme especificações contida no Formulário Padrão (anexo I).

9.5.9 Substituir, às suas expensas, no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, após notificação formal, o produto entregue em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

9.5.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do acordo entre as partes;

9.5.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da contratante, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Edital;

9.5.12 Comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

9.5.13 O acordo entre as partes advindo do presente pregão somente poderá ser celebrado a partir da autorização do Ordenador de Despesa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente;

9.5.14 Se a licitante vencedora não cumprir o prazo estabelecido ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo (a) órgão, decairá do direito de fornecer o objeto da presente licitação adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas neste Edital.

9.5.15 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a SEMA;

9.5.16 Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

9.5.17 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela SEMA;

9.5.18 Indenizar terceiros e/ou o Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

9.5.19 Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho, a sessão será retomada e, os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades dispostas no **item 11** deste Edital.

9.5.20 Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato do recebimento da ordem de fornecimento, será convocado outro licitante, observado a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, no qual o pregoeiro negociará diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, não adjudicando em caso de imutabilidade de preço.

9.5.21 Se o licitante vencedor recusar-se a ordem de fornecimento, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida nas alíneas anteriores (**9.5.19 e 9.5.20.**).

9.5.22 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual nº. 7.217/2006.

9.6 A SEMA se obriga, nos termos previstos neste edital a:

9.6.1 Receber o produto adjudicado, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

9.6.2 O produto descrito neste certame será recebido:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação do Edital, **que poderá ser feita num prazo de até 24 (vinte e quatro) horas;**

b) Definitivamente, após a verificação dos termos, prazos, qualidade, quantidade e condições do material estabelecidas no Edital e consequente aceitação;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

9.6.3 A entrega do objeto deste certame deverá ocorrer na Gerência de Almoxarifado da SEMA-MT, como condição de pagamento e atesto das notas fiscais **deverá ser efetuado pelo Gerente do Almoxarifado.**

9.6.4 A Coordenação de Ordenamento Hídricos da SEMA registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega do produto objeto da presente licitação, encaminhando cópias à adjudicatária para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.6.5 Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

9.6.6 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

9.6.7 Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de entrega do objeto do presente certame licitatório. Este fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

9.6.8 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.6.9 Rejeitar, no todo ou em parte, o bem entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

9.6.11 Fiscalizar o cumprimento às obrigações da contratada;

9.6.12 Notificar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas no bem fornecido, para imediata substituição, nos termos do **subitem 9.5.9;**

9.6.13 Ao Fiscal do Contrato, designado oficialmente pela Sema cabe, no mínimo:

- a) Acompanhar a execução, bem como o controle do fornecimento.
- b) Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da contratada, sempre que for preciso.
- c) Notificar a contratada sobre situações irregulares.
- d) Fiscalizar o fornecimento dos bens, condizentes com a legislação pertinente.

9.6.14 O produto será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

- a) Apresentar vícios de qualidade ou impropriedade.
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com a ordem de fornecimento.
- c) Entregue em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste Edital.

9.7 Aplica-se ainda ao Adjudicatário, por ocasião do fornecimento do bem as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

9.8 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

10. DA EXECUÇÃO E DO PAGAMENTO

10.1 A empresa adjudicatária deverá entregar o objeto do presente certame licitatório no prazo de 90 (noventa) dias úteis a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

10.2 Será pago apenas o produto efetivamente entregue, comprovado por meio de atesto do setor demandante, ao qual ocorrerá o pagamento por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome do fornecedor.

10.3 A licitante vencedora indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária:

10.3.1 Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

10.4 O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada após o atesto na Nota Fiscal, comprovado que o objeto foi efetivamente entregue e é o mesmo do objeto deste Edital, o qual deverá obedecer aos termos do Decreto nº 4.752, de 06 de agosto de 2002, c/c o Decreto nº 4.747, de 22 de junho de 1994, bem como na conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, após a entrega dos bens e recebimento da Fatura/Nota Fiscal e devidamente atestado por responsável do ÓRGÃO, mediante ordem bancária, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em conformidade com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007.

10.5 Junto com as Notas Fiscais a licitante vencedora deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do **FGTS e INSS**, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

10.6 As comprovações de regularidade exigidas **no item 10.5**, poderão ser substituídas pela regularidade junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso.

10.7 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da licitante vencedora.

10.8 A Nota Fiscal deverá estar em nome da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 – Inscrição Estadual: Isento, Rua C – Esquina com a Rua F – Centro Político Administrativo – Palácio Paiaguás – CEP: 78.050-970.

10.9 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

10.10 A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações por meio do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c Artigo 138 do Decreto 7.217/2006 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93).

11.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

11.1.1 Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

- a)** atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);
- b)** a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

11.1.2 Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

- a)** atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

11.3 Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e,

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

11.4 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do acordo entre as partes, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.5 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SEMA proceder a cobrança judicial da multa.

11.6 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SEMA.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11.7 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12. DA RESCISÃO.

12.1. A rescisão regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.8.666/93, no que couber.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso, por meio da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 27101

Programa: 323

Projeto/Atividade: 4317

Região: 9900

Medida: 03, 01

Tarefa: 01

Natureza da despesa: 3.3.90.30.000

Fonte: 369, 109

UG: 002.

13.2 As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 É facultada ao(à) Pregoeiro(a) ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de **diligência destinada a esclarecer ou complementar** a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

14.2 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

14.2.1 A anulação do procedimento induz à do acordo entre as partes.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

14.2.2 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do acordo entre as partes.

14.3 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e ao ÓRGÃO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.4 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.5 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para o dia, hora e local definidos e novamente publicada na Imprensa Oficial.

14.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de PREGÃO.

14.7 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro acordo entre as partes.

14.8 A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

14.9 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto no 7.217/2006.

14.10 São partes integrantes deste Edital:

a) Anexo I – Formulário Padrão de Proposta / Termo de Referência.

b) Anexo II – Carta de Credenciamento.

c) Anexo III – Modelo de Declaração dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

d) Anexo IV - Modelo da Declaração de:

- Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art.32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

- Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, nem menor de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

anos, nos termos dos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade a Lei Federal nº 9.854/02.

- Que não possui em seu quadro servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

e) Anexo V – Declaração de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte –EPP.

f) Anexo VI – Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.

g) Anexo VII – Declaração de Garantia.

h) Anexo VIII – Termo de Referência nº. 60/2014.

Cuiabá, 11 de novembro de 2014.

Emmanuelle Silva Santos
Pregoeira Oficial
SEMA/MT

Benedito Nery Guarim Strobel
Secretario Adjunto de Gestão Sistêmica
SEMA/MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I

FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA/TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão n.º _____ DIA ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS.

Razão Social: _____ CNPJ n.º: _____

Endereço: _____

Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Agência: _____ Conta Corrente: _____ Banco: _____

LOTE ÚNICO

Preenchimento para todos licitantes						Preenchimento para licitantes que se enquadrem no Convênio ICMS 73/2004				
ITEM (01)	ESPECIFICAÇÃO OBJETO (02)	MARCA/ MODELO (03)	QUANT (04)	VALOR UNIT. (COM TODOS OS TRIBUTOS) (05)	VALOR TOTAL (COM TODOS OS TRIBUTOS) (06)	ALÍQUOTA DO ICMS (%) (07)	VALOR UNIT. (SEM ICMS) (08)	DESCONTO UNIT. (09)	VALOR TOTAL. (SEM ICMS) (10)	DESCONTO TOTAL (11)
01	SENSOR DE NÍVEL CBS, O SENSOR DE MEDIÇÃO DE NÍVEL D ÁGUA, SEGUNDO O PRINCÍPIO DE INTRODUÇÃO DE BOLHAS DE AR, DEVERÁ ATENDER AOS SEGUINTE REQUISITOS MÍNIMOS: COM COMPRESSOR COMPACTO INCLUSO, NÃO NECESSITANDO DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA DO AR		1							

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 26
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

	COMPRIMIDO OU GARRAFA DE NITROGÊNIO, BOMBA DE ÊMBOLO ISENTA DE MANUTENÇÃO, COM UMA VÁLVULA INTEGRADA PARA A GERAÇÃO DA PRESSÃO DE MEDIÇÃO, DOTADO DE SISTEMA QUE DISPENSE A UTILIZAÇÃO DE DESSECANTE PARA PROFUNDIDADES ATÉ 15M, DISPENSANDO MANUTENÇÃO POR UM PERÍODO MÍNIMO DE 6 MESES. DISPOSITIVO DE RECALIBRAÇÃO AUTOMÁTICA, PARA EVITAR PERDA DE CALIBRAÇÃO (LIVRE DE DRIFT) INTERFACE DE COMUNICAÇÃO SDI 12 / RS 485 PARA INTERLIGAÇÃO AO DATALOGGER. FAIXA DE MEDIÇÃO: 0 A 15 METROS PRECISÃO - 5MM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1MM OU 0,1 MBAR. O SENSOR DEVE SER COMPATÍVEL COM O DATALOGGER DUOSENS OTT.								
02	BORBULHADOR COMPATÍVEL COM SENSOR CBS OTT		3						
03	DATA LOGGER (DUOSENS STANDARD), O DATALOGGER, COMPONENTE DE CADA ESTAÇÃO AUTOMÁTICA, DEVERÁ SER DE FÁCIL PROGRAMAÇÃO DE FORMA A PODER ATENDER AOS REQUISITOS MÍNIMOS DE		1						



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

TAXA DE AQUISIÇÃO, CODIFICAÇÃO DIGITAL E ARMAZENAMENTO DE DADOS. O DATALOGGER DEVERÁ POSSUIR BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, SER CAPAZ DE ACEITAR ENTRADA DE SINAIS DOS SENSORES E ARMAZENAR DADOS PARA POSTERIOR DOWNLOAD OU POSTERIOR TRANSMISSÃO DOS DADOS, E DISPOR, BASICAMENTE, DOS SEGUINTE RECURSOS DE PROGRAMAÇÃO, QUE DEVEM PODER SER SELECIONADOS POR PROGRAMA EM JANELAS TIPO WINDOWS: HABILIDADE DE AJUSTAR O RELÓGIO (TEMPO E DATA), AJUSTAR O INTERVALO DE AMOSTRAGEM INDIVIDUALMENTE PARA CADA SENSOR COM INTERVALOS ÚNICOS E QUE PODEM SER DIFERENTES, PARA ARMAZENAGEM DE DADOS E TRANSMISSÃO DE DADOS, DESDE PERÍODOS DE 5 SEGUNDO ATÉ 24 HORAS, PROGRAMAR A ESCALA E CALIBRAÇÃO DOS SENSORES, PROGRAMAR A SEQUÊNCIA DE AMOSTRAGEM DE DADOS E O FORMATO E ESTRUTURA DA MENSAGEM DE DADOS A SER TRANSMITIDA REMOTAMENTE, CONVERTER ESTES SINAIS EM SUAS CORRESPONDENTES UNIDADES DE MEDIÇÃO									
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

(UNIDADES DE ENGENHARIA), O DATALOGGER DEVERÁ SER CAPAZ DE SER PROGRAMÁVEL POR MEIO DE COMPUTADOR E POSSUIR, COMO FORNECIMENTO PADRÃO, ENTRADAS SDI 12, RS485 E PULSO; SAÍDA DE SINAL DIGITAL NO PADRÃO RS232 E INTERFACE INFRATERMELHO PARA PROGRAMAÇÃO E DESCARGA DE DADOS. OS DADOS COLETADOS, BEM COMO OS PROGRAMAS OPERACIONAIS CARREGADOS NO DATALOGGER, DEVEM SER ARMAZENADOS OU INSTALADOS EM MEMÓRIA NÃO-VOLÁTIL TIPO FLASH DE PELO MENOS 512 KBYTES, POSSIBILITANDO QUE OS PROGRAMAS OU OS DADOS, BEM COMO O RELÓGIO (CLOCK), SEJAM MANTIDOS INTACTOS NO CASO DE EVENTUAL FALTA DE ENERGIA. NO CASO DE FALHA DE ALIMENTAÇÃO, OU NO CASO DE SE EXECUTAR UMA SUBSTITUIÇÃO DA BATERIA PRINCIPAL, O DATALOGGER DEVERÁ TER A CAPACIDADE DE SER PROGRAMADO PARA REASSUMIR SUAS FUNÇÕES NO MOMENTO EM QUE A POTÊNCIA FOR RESTABELECIDADA, SEM PERDA DOS DADOS E DA CONFIGURAÇÃO									
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

	ANTERIOR. SOFTWARE DA ESTAÇÃO SOFTWARE COMPATÍVEL COM O SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS XP (OU VERSÃO DA MICROSOFT MAIS RECENTE) PARA USO NA COMPILAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO (ROTINAS DE EXECUÇÃO, ETC.), CONFIGURAÇÃO DOS SENSORES, PARÂMETROS DE TRANSMISSÃO, DOWNLOAD DE DADOS, DENTRE OUTROS ASPECTOS DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA O CORRETO FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO. O DATALOGGER DEVE SER COMPATÍVEL COM O TRANSMISSOR DE SATÉLITE GOES HDR.									
04	ANTENA GPS M. MCX STECKER 1575, 42MHZ, KABEL174 OU SIMILAR COMPATÍVEL COM O TRANSMISSOR PARA SATÉLITE GOES HDR.		1							
05	CABO DE COMUNICAÇÃO TIPO FLAT COM CONECTORES COMPATÍVEIS COM O TRANSMISSOR HDR/DATALOGGER DUOSENS OTT.		1							



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

06	PAINEL SOLAR 20 W, COM AS SEGUINTE DIMENSÕES: COMPRIMENTO 520MM, LARGURA 352 MM , ESPESSURA 22MM.		1							
07	CONTROLADOR DE CARGA PARA SISTEMA DE GERAÇÃO FOTOVOLTAICA 10A		2							
08	PLACA DE CIRCUITOS PRINCIPAL COMPATIVEL COM SENSOR CBS OTT		3							
TOTAL R\$										

OBS: Todos os equipamentos especificados devem ser compatíveis com o Datalogger Duosens da OTT.

O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS;

O Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso encontra-se disponível no “site” da SEFAZ: www.sefaz.mt.gov.br - Portal da Legislação SEFAZ.

Em caso de dúvidas ou para fins de esclarecimentos relativos aos procedimentos necessários para obtenção dos créditos decorrentes do **Convênio ICMS nº 73/04** o licitante deverá entrar em contato no Plantão Fiscal da SEFAZ pelo telefone (65) 3617-2700.

Validade da Proposta: _____

Local e Data: _____

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 31
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Papel timbrado da empresa)

À
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - SEMA
REF: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO
Nº. 008/2014/SEMA/MT - TIPO MENOR PREÇO GLOBAL LOTE ÚNICO.

Indicamos o (a) Sr. (a) _____, portador
(a) da cédula de identidade nº. _____, órgão expedidor
_____, como nosso (a) representante legal na Licitação em referência,
podendo rubricar a documentação de **HABILITAÇÃO** e das **PROPOSTAS**, dar lances,
manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de
prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente
Credenciamento.

Atenciosamente,

Local e data,

(nome e função na empresa)

***Reconhecer em Cartório**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA QUE CUMPRE PLENAMENTE
OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Declaramos em atendimento ao previsto no item 3.3. do Edital de Pregão Eletrônico nº 008/2014/SEMA, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

Ref.: Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2014 – SEMA/MT

(Nome da Empresa) _____, CNPJ Nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, bairro, _____, CEP _____ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão 008/2014/SEMA, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei nº 9.854/99;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA- ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP

(papel timbrado da empresa)

Ref: Edital de Pregão Eletrônico Nº. 008/2014 – SEMA/MT.

Para fins de participação na licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 008/2014, a (o) (nome completo do proponente), CNPJ, sediada na (Endereço Completo), declara sob as penas da lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar nº. 123, de 14.06.2006.

Local e data.

Nome e identificação do declarante

OBS: A presente declaração deverá ser assinada



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO**

(Papel Timbrado da Empresa)

À
A/C

**Assunto: Declaração Negativa
de Inidoneidade e
Ausência de Fato
Impeditivo para
Licitar com o Poder
Público.**

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa) por representante legal do proponente.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA

(Esta declaração deverá ser apresentada junto a Proposta)

(papel timbrado da empresa)

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada _____, nesta cidade _____ CEP _____, por intermédio de seu representante legal o Sr. (a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e CPF _____, para fins de participação na licitação tipo Pregão Eletrônico nº ____/2014/SEMA, DECLARA, sob as penas da Lei, que:

- GARANTE a qualidade do produto pelo prazo de _____ (prazo mínimo de 12 (doze) meses), contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo, podendo ser exercitada, mediante ofício, na sede desta licitante, sem ônus para a SEMA/MT.

Local e data,



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VIII



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA



1- TERMO DE REFERÊNCIA nº 60/2014									
2- Unidade Orçamentária: 27101 2.1- Programa: 323 2.2- Unidade Gestora: 2 - FEMAM 2.3- Região: 9900 - ESTADO 2.4- Medida: 3 2.5- Tarefa: 1				3- Classificação da Despesa: () Materiais Permanentes (X) Materiais de Consumo ou Expediente () Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica () Serviços de Terceiro Pessoa Física () Obras () Reformas () Outros					
4- Área: Coordenadoria/Superintendência: Superintendência de Recursos Hídricos				5- Unidade Solicitante/Recebedora: Coordenadoria de Ordenamento Hídrico			6- Unidade Fiscalizadora/ Fiscal do Contrato: Coordenadoria de Ordenamento Hídrico Leandro Maraschin Fiscal Substituto: Lorena Moreira Nicochelli		
7- Projeto/Atividade, Elemento de Despesa e Sub-Elemento, Valor.									
Projeto/Atividade		Fonte		Elemento e Sub-Elemento de Despesas		Valor (R\$)			
4317 - Gestão e Administração de Recursos Hídricos		369		3.3.90.30.000					
Custo Total Estimado									
8- Objeto Sintético: Aquisição de peças de reposição para as estações hidrométricas instaladas em 30 (trinta) rios estaduais									
9- Planilha Descritiva do Objeto									
9.1 - Os campos abaixo serão preenchidos somente em caso de Prestação de Serviços:									
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CODIGO DO SIAG	LOCAL PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	QTD SERVIÇO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)	QTDE MESES	CUSTO MÁXIMO TOTAL DO SERVIÇO	PROJETO/ATIVIDADE
VALOR TOTAL									
9.2 - Os campos abaixo serão preenchidos somente em caso de materiais:									
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CODIGO SIAG	LOCAL DE ENTREGA	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	PROJETO/ATIVIDADE		
1	Sensor de nível CBS, o sensor de medição de nível d água, segundo o princípio de introdução de bolhas de ar, deverá atender aos seguintes requisitos mínimos: com compressor compacto incluso, não necessitando de alimentação externa do ar comprimido ou garrafa de nitrogênio, bomba de êmbolo isenta de manutenção, com uma válvula integrada para a geração da pressão de medição, dotado de sistema que dispense a utilização de dessecante para profundidades	1052792	SEMA	1			4317		

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Gerência de Processos e Aquisições - (65) 3613-7350 - Fax: (65) 3613-7309 - Cuiabá-MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA



	até 15m, dispensando manutenção por um período mínimo de 6 meses, dispositivo de recalibração automática, para evitar perda de calibração (livre de drift) interface de comunicação sdi 12 / rs 485 para interligação ao datalogger. faixa de medição: 0 a 15 metros precisão - 5mm resolução mínima de 1mm ou 0,1 mbar. o sensor deve ser compatível com o datalogger duosens ott					
2	Borbulhador compatível com sensor CBS OTT	1052794	SEMA	3		4317
3	Datalogger (Duosens Sandard), o datalogger, componente de cada estação automática, deverá ser de fácil programação de forma a poder atender aos requisitos mínimos de taxa de aquisição, codificação digital e armazenamento de dados. O datalogger deverá possuir baixo consumo de energia, ser capaz de aceitar entrada de sinais dos sensores e armazenar dados para posterior download ou posterior transmissão dos dados, e dispor, basicamente, dos seguintes recursos de programação, que devem poder ser selecionados por programa em janelas tipo windows: habilidade de ajustar o relógio (tempo e data), ajustar o intervalo de amostragem individualmente para cada sensor com intervalos únicos e que podem ser diferentes, para armazenagem de dados e transmissão de dados, desde períodos de 5 segundo até 24 horas, programar a escala e calibração dos sensores, programar a sequência de amostragem de dados e o formato e estrutura da mensagem de dados a ser transmitida remotamente, converter estes sinais em suas correspondentes unidades de medição (unidades de engenharia), o datalogger deverá ser capaz de ser programável por meio de computador e possuir, como fornecimento padrão, entradas sdi 12, rs485 e pulso; saída de sinal digital no padrão rs232 e interface infravermelho para programação e descarga de dados. os dados coletados, bem como os programas operacionais carregados no datalogger, devem ser armazenados ou instalados em memória não-volátil tipo flash de pelo menos 512 kbytes, possibilitando que os programas ou os dados, bem como o relógio (clock), sejam mantidos intactos no caso de eventual falta de energia. No caso de falha de alimentação, ou no caso de se executar uma substituição da bateria principal, o datalogger deverá ter a capacidade de ser programado para reassumir suas funções no momento em que a potência for restabelecida, sem perda dos dados e da configuração anterior. Software da estação software compatível com o sistema operacional Windows xp (ou versão da microsoft mais recente) para uso na compilação de programação de funcionamento da estação (rotinas de execução, etc.), configuração dos sensores, parâmetros de transmissão, download de dados, dentre outros aspectos de extrema importância para o correto funcionamento da estação. O datalogger deve ser compatível com o transmissor de satélite GOES HDR.	1052948	SEMA	1		4317
4	Antena GPS m. mcx stecker 1575, 42mhz, kabel174 ou similar compatível com o transmissor para satélite GOES HDR.	1052944	SEMA	1		4317
5	Cabo de comunicação tipo Flat com conectores compatíveis com o transmissor HDR/Datalogger Duosens OTT.	1052789	SEMA	1		4057
6	Painel Solar 20 W, com as seguintes dimensões: Comprimento 520mm, Largura 352 mm, Espessura 22mm.	1053326	SEMA	1		4317
7	Controlador de carga para sistema de geração fotovoltaica 10ª	1052790	SEMA	2		4317
8	Placa de circuitos principal do sensor de nível CBS OTT	1052784	SEMA	3		4317
VALOR TOTAL						

10- Especificações técnicas do bem e/ou descrição detalhada serviço:

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Garância de Processos e Aquisições - (65) 3613-7350 - Fax: (65) 3613-7309 - Cuiabá-MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA



CONFORME DESCRITO NO CAMPO 9.2.

10.1- Do Cadastro da Especificação:

Cadastrado na SAD

(X) Sim

() Não, porque (apresentar justificativa)

11- Justificativa Técnica da aquisição:

O Estado de Mato Grosso possui um extenso território enquanto sua rede de monitoramento hidrológica é esparsa (concentrada em rios Federais), o que caracteriza um problema quando o assunto são os dados e informações básicas para o planejamento do desenvolvimento econômico, bem como para o gerenciamento dos recursos hídricos. Tais afirmativas se agravam na medida em que o Estado do Mato Grosso cresce economicamente sem o devido e adequado conhecimento básico das informações hidrológicas em seu território.

A presente demanda tem fundamentação legal, dentro da Lei 6945/97 que institui a Política de Recursos Hídricos do Estado de Mato Grosso, onde está previsto como instrumento o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, e determina que o Estado deve emitir relatórios periódicos sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos de domínio do Estado. Há também previsão dentro do Plano Estadual de Recursos para ampliação na rede hidrológica para monitoramento das águas superficiais.

Alguns fatores têm contribuído fortemente para aumentar a necessidade pelas informações hidrológicas, tais como os projetos de obras de engenharia, planejamento do desenvolvimento agrícola, abastecimento humano, transporte, aquicultura, industrialização, etc., os quais, mantidos os atuais índices de crescimento, exercerão enorme pressão sobre os recursos hídricos, visto que todas as atividades os utilizam, invariavelmente, como insumo básico.

O monitoramento dos corpos d'água de domínio do Estado é de extrema importância e necessidade, principalmente para dar segurança ao processo de Outorga de direito de uso dos recursos hídricos. Para a Outorga é necessário saber qual a disponibilidade natural de água nas mais diversas bacias hidrográficas do estado, em diferentes épocas do ano, sob o risco de se estar outorgando um recurso natural não disponível, o que poderá ocasionar conflitos entre os usuários da água.

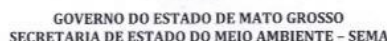
Foram instaladas 30 (trinta) estações telemétricas, em bacias com carências de dados no Estado, o que atenderá inicialmente a demanda por informações sobre os recursos hídricos. Nestas estações já estão sendo realizadas as ações de inspeção, manutenção e medição da descarga líquida a cada três meses.

Algumas peças que compõem as estações estragaram naturalmente, principalmente em virtude de intempéries climáticas. Assim, faz-se necessário a compra de peças de reposição para que seja possível o correto funcionamento das estações hidrométricas.

Cabe ressaltar que as peças são essenciais para o funcionamento dos equipamentos

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Gerência de Processos e Aquisições - (65) 3613-7350 - Fax: (65) 3613-7309 - Cuiabá-MT

Endereço: Rua "C" esq. com a Rua "F", s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 40
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Gerência de Processos e Aquisições - (65) 3613-7350 - Fax: (65) 3613-7309 - Cuiabá-MT

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 41
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA



Previsão mensal de despesas e desembolso financeiro		
Execução da despesa	Desembolso financeiro	Valor (R\$)
Agosto 2014	Setembro 2014	
TOTAL		

15- Endereço de Entrega/Realização do bem e/ou serviço:
Gerencia de almoxarifado da SEMA/MT em Cuiabá. End.: Rua C, esquina com Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo, CEP: 78050-970 Cuiabá-MT (65) 3613-7245

16- Condições de Pagamento:

1º) DO PAGAMENTO

I) O pagamento será efetuado após a entrega total do objeto, devendo a Nota Fiscal estar devidamente atestada pela Coordenadoria responsável pela fiscalização dos bens/serviços (Coordenadoria de Ordenamento Hídrico) e acompanhada dos Certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais n°s 7217/06, 8199/06 e 8426/06, obedecendo aos prazos estabelecidos na Instrução Normativa n° 01/2007/SAGP/SEFAZ.

II) Certidões obrigatórias, para pagamento de Pessoa Jurídica: 1 - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; 2 - Certidão Negativa de Débito do INSS – CND; 3 - Certidão Negativa de Débitos para Recebimento da Administração Pública – CND SEFAZ-MT, exigido para as empresas cadastradas no Estado de Mato Grosso; 4 - Certidão Negativa de Débitos do ICMS/IPVA – CND da SEFAZ do Estado de origem, exigido para as empresas cadastradas em outras unidades da Federação;

III) No caso de fornecimento de mercadorias por contribuinte com domicílio fiscal no Estado de Mato Grosso este deverá apresentar ainda, o Comprovante de Nota Fiscal de Vendas para Órgão Público do Estado de Mato Grosso, de acordo com a Portaria n° 31/2005/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 16 de março de 2005 e suas alterações.

obs.: estão dispensados de apresentar Comprovante de Nota Fiscal de Vendas para Órgão Público do Estado de Mato Grosso os contribuintes que apresentarem a Nota Fiscal Eletrônica.

2º) DOS RESPONSÁVEIS PELO ATESTO:

- Material de Consumo: Todas as Notas Fiscais e/ou Faturas referentes a material de consumo deverão conter o atesto do gestor da Gerência de Almoxarifado, ainda que tais materiais estejam embutidos em outro objeto, ou sejam recebidos fora da sede do órgão solicitante, destacando que nestes casos, deverá o recebedor do material atestar a Fatura juntamente com o almoxarifado. Observamos ainda que dentre os procedimentos de gerenciamento dessa unidade estão o lançamento dos itens e faturas em sistema próprio de gestão.

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Gerência de Processos e Aquisições - (65) 3613-7350 - Fax: (65) 3613-7309 - Cuiabá-MT

Endereço: Rua "C" eq. com a Rua "F", s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 42
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



OBS.: Cabe também à unidade fiscalizadora, seja em questão de material ou serviços, o acompanhamento pelos saldos contratuais, tanto em questão orçamentária como em quantitativo.

17- Requisitos para Apresentação da Proposta:

17.1- Conhecimento Prévio

Não se aplica.

17.2- Perfil do Profissional

Não se aplica.

17.3- Perfil da Empresa

Não se aplica.

17.4- Plano de Trabalho/Projeto Básico

Não se aplica.

17.4.1- Metodologia de acompanhamento

17.4.1.1- Descrição de ferramentas/arquitetura/tecnologia a serem utilizadas (Em caso de investimento de TI)

Não se aplica

17.4.1.2- Critérios para controle dos serviços

Não se aplica.

17.4.2- Descrição do Projeto

Não se aplica

17.4.3- Gerencia das atividades

Não se aplica

17.5- Responsabilidades das partes

17.5.1- Da Contratante

Conforme legislação administrativa vigente.

17.5.2- Da Contratada

Conforme legislação administrativa vigente.

18- Das garantias:

É necessário fornecer certificado de garantia das peças

19 – Das Sanções Administrativas

Conforme legislação.

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Gerência de Processos e Aquisições - (65) 3613-7350 - Fax: (65) 3613-7309 - Cuiabá-MT

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 43
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA



20 – Legislação aplicada ao objeto/Parecer específico se houver Não se aplica.
21 – Considerações (se houver): Todas as peças de reposição cotadas devem ser compatíveis com o Datalogger Duosens da OTT.

Cuiabá, 19 de maio de 2014.

 Responsável pela elaboração do TR Leandro Maraschin	 Responsável pela Especificação Técnica Leandro Maraschin										
 Coordenador da unidade Leandro Maraschin	 Coordenadoria/Superintendência Nédio Carlos Pinheiro										
Atestamos: <table border="1"><tr><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td>Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Não Possui Orçamentário</td></tr></table> Maria Antonia Correa Agente de Desenvolvimento Econômico Social Técnico GEM/MT Valdir da Silva Gerente de Execução Orçamentária Valdir da Silva Coordenador de Planejamento	<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação	<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário	Atestamos: <table border="1"><tr><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td>Existência de Saldo Financeiro</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Inexistência de Saldo Financeiro</td></tr></table> Coordenadora Financeira Agatha Francisca Silva de Santana Analista Administrativo - Contadora Coordenadora Financeira SAGS / SEMA/MT	<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro
<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA										
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação										
<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário										
<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro										
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro										
<table border="1"><tr><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td>Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Não autorizado</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Aguarde</td></tr></table> Benedito Nery Guarim Strobel Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica - SAGS/SEMA Ordenador de Despesa		<input checked="" type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.	<input type="checkbox"/>	Não autorizado	<input type="checkbox"/>	Aguarde				
<input checked="" type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.										
<input type="checkbox"/>	Não autorizado										
<input type="checkbox"/>	Aguarde										

TR ELABORADO POR: Leandro Maraschin

UNIDADE: COH

RAMAL: 37256



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
SUPERINTENDENCIA DE RECURSOS HÍDRICOS – SURH
Coordenadoria de Ordenamento Hídrico

SURH/COH
Fl. 56
Rub. 2

CI nº 75/COH/SURH/2014


Cuiabá, 21 de Outubro de 2014.

Da: Coordenadoria de Ordenamento Hídrico - COH
Para: Gerencia de Processos de Aquisição - GPAQ

Senhora Gerente,

Em resposta a CI nº 420/GPAQ/CAC/SAGS/SEMA/2014 que solicita informações sobre o prazo de garantia dos produtos e do prazo para verificação dos produtos para recebimento provisório. Além de informar sobre a necessidade das certidões negativas da esfera federal e municipal que não constam no termo de Referência, temos a informar que o prazo de garantia dos produtos é de 12 meses após a entrega e que o prazo para verificação provisória dos produtos é de 24 horas.

Atenciosamente,


Leandro Maraschin
COORDENADOR DE ORDENAMENTO
HÍDRICO - COH/SURH

3613 7256